



1 ATA DA REUNIÃO Nº 035 (nº 09/2014) DO
2 CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO –
3 CAU/PR, REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2014,
4 NO PLENÁRIO DA SEDE DO CAU/PR, NA CIDADE DE
5 CURITIBA-PR.
6

7 Aos vinte e dois do mês de Setembro do ano de dois mil e quatorze, às quatorze horas, na
8 Sala João Batista Vilanova Artigas, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná,
9 localizado na Avenida Nossa Senhora da Luz, nº 2.530, na cidade de Curitiba-PR, realiza-se a
10 Sessão Ordinária nº 035/2014 (09/2014), do Plenário do CAU/PR, presidida pelo Arquiteto e
11 Urbanista Jeferson Dantas Navolar - Presidente do Conselho, tendo como Secretária eu,
12 Mônica de Lacerda Gomara - Assistente de Plenária do Conselho. A Sessão contou com a
13 participação dos seguintes Conselheiros Titulares, Arquitetos (as) e Urbanistas **ALEXANDER**
14 **FABBRI HULSMEYER, ANDRÉ LUIZ SELL, BRUNO SOARES MARTINS, CLAUDIO FORTE**
15 **MAIOLINO, DALTON VIDOTTI, GLAUCO PEREIRA JUNIOR, JOÃO VIRMOND SUPPLY**
16 **NETO, MANOEL DE OLIVEIRA FILHO, ORLANDO BUSARELLO e RICARDO LUIZ LEITES DE**
17 **OLIVEIRA**.....

18 Participaram ainda da presente Sessão os Conselheiros Suplentes, Arquitetos e Urbanistas
19 **ANIBAL VERRI JUNIOR, CARLOS DOMINGOS NIGRO e JUCENEI GUSSO MONTEIRO**, bem
20 como o Conselheiro Federal **LAÉRCIO LEONARDO DE ARAÚJO**
21 Ficam justificadas, de acordo com o parágrafo único do artigo 25 do Regimento Interno do
22 CAU/PR, a ausência dos Conselheiros Arquitetos e Urbanistas **ANTONIO CARLOS ZANI,**
23 **CARLOS HARDT, ELI LOYOLA BORGES FILHO e LUIZ BECHER**.....

24 Presentes, também, nesta Sessão, os Assistentes contratados, a saber: o Assessor de
25 Comunicação, Antonio Carlos Domingues da Silva; a Assistente Jurídica Cláudia Cristina
26 Taborda Dudeque; a Secretária da Presidência Paula Andrea Meira, o Assistente Técnico
27 Kevin Luiz Marques; e eu, Assistente de Plenária, Mônica de Lacerda Gomara.....

28 **I QUÓRUM** - Verificado o número legal de Conselheiros presentes, de acordo com o
29 Regimento Interno do CAU/PR, art. 62, o Sr. Presidente declarou aberta a presente Sessão,
30 com os itens a seguir:.....

31 **II REUNIÃO DAS COMISSÕES:** As Comissões reuniram-se das 9 (nove) às 12 (doze) horas, com
32 pausa de quinze minutos para *coffee-break*.....

33 **III ATA DA SESSÃO ANTERIOR:** Com as devidas correções efetuadas pelo Conselheiro
34 CLAUDIO FORTE MAIOLINO e posterior votação, foi aprovada a Ata correspondente a Sessão
35 Ordinária nº 034 (08/2014) de 25/08/2014.....

36 **IV PAUTA:** Colocada em votação foi aprovada por unanimidade a Pauta da Reunião Ordinária
37 nº 035, Nona Reunião Ordinária de 2014 do CAU-PR, sem Extrapauta.....

38 **V ORDEM DO DIA:**

39 **1 Apresentação das correspondências:**.....

40 **1.1 Correspondências recebidas / Ofícios:** apresentada as listas de correspondências
41 recebidas, nenhuma (zero) correspondência é oriunda do CAU/BR, 03 (três) destinam-se à
42 Presidência do Conselho e os demais setores do CAU/PR não apresentaram a relação do
43 mês.....

44 **1.2 Correspondências expedidas / Ofícios:** apresentadas as listas de correspondências
45 expedidas, nenhuma (zero) foi enviada ao CAU/BR, 05 (cinco) foram a destinatários diversos



46 e os demais setores do CAU/PR não apresentaram a listagem do mês.....

47 **2 Distribuição e Relatos de Processos.**.....

48 Pela Assessora Jurídica Cláudia Cristina Taborda Dudeque foi informado que os processos
49 foram distribuídos para relatoria na Reunião das Comissões, realizada na manhã de hoje,
50 com exceção da Comissão de Ética e Disciplina, a qual não houve quórum para os relatos.....

51 **3 Palavra do Presidente: Balanço Primeira Gestão do CAU/PR.**.....

52 O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR apresenta em tela o texto intitulado “Balanço
53 Gestão 2012/2014” (Anexo I) que sintetiza as ações da primeira gestão do Conselho de
54 Arquitetura e Urbanismo do Paraná. Explica que, após sugestões dos Conselheiros, até a
55 próxima Plenária, o mesmo deve ser publicado até o final do ano, seguindo com a leitura do
56 texto introdutório: “O primeiro mandato, em qualquer tipo de gestão, seja no setor público
57 ou privado, é sempre emblemático. No caso de um conselho profissional recém-criado, como
58 o CAU/PR, é muito mais. É preciso contextualizar a história da sua criação e as décadas de
59 batalhas de gerações de profissionais que nos antecederam, para dimensionar o significado
60 de uma conquista como esta, para nós arquitetos e urbanistas do Brasil. O passivo histórico
61 das lutas pela criação do nosso conselho próprio acabou por gerar em toda categoria uma
62 grande expectativa em torno da administração e do funcionamento do novo órgão. A
63 primeira Plenária do CAU/PR (2012/2014) assumiu ciente deste desafio. Para enfrentá-lo, a
64 formação da Plenária organizou-se dentro de um processo democrático de construção, que
65 abriu espaço para a representatividade das principais entidades de arquitetos e urbanistas do
66 Paraná, privilegiando igualmente a capital e o interior do Estado. Ao nos aproximarmos do
67 final deste primeiro mandato, é o momento de fazermos uma avaliação do quanto
68 avançamos nesses quase três anos de existência. Embora cientes de que muito ainda há por
69 fazer, não podemos deixar de elencar as principais conquistas obtidas pelo nosso Conselho
70 em tão pouco tempo”. A seguir, o Presidente elenca as maiores conquistas obtidas pelo
71 Conselho neste interim, a saber: “Agilidade no Atendimento / Relacionamento com a
72 sociedade / Administração Compartilhada / Saúde Financeira / Auditoria Externa /
73 Descentralização / Apoio às Entidades / Fórum de Coordenadores / Concurso Público para
74 Colaboradores / Política Participativa - Câmaras Técnicas / Fiscalização / Relações Nacionais”.
75 Finaliza, destacando a importância desta publicação, como um marco da primeira gestão do
76 CAU/PR, e reafirmando o aguardo das observações dos Conselheiros.....

77 **4 Relato das Comissões.**.....

78 **4.1 Relato da Comissão Temporária de Concurso Público.**.....

79 A Assistente Jurídica do CAU/PR, Cláudia Cristina Taborda Dudeque esclarece sobre as ações
80 correntes a respeito do Concurso Público do CAU/PR, especificamente sobre um processo
81 que já está na Instância Superior em Porto Alegre-RS, no qual o Conselho já obteve êxito, mas
82 deve responder para cumprir prazo. No momento, explica, a ocorrência que está dando
83 maior repercussão é do Analista Geral, em que a classificada em sexto lugar entrou com um
84 pedido de reconsideração da sua pontuação na Prova de Títulos e Experiência. Desta forma, a
85 candidata entrou na Justiça, e a Juíza, por meio de liminar, suspendeu a contratação para
86 este cargo em questão. Ainda, segundo a Assessora, na mesma Ordem a Juíza solicitou a
87 citação dos cinco primeiros colocados para apresentar relatos, bem como a instituição
88 organizadora do Concurso, a FUNTEF - Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e
89 Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Universidade Tecnológica Federal do Paraná -
90 para apresentar toda a documentação que comprove a análise da pontuação dos Títulos. E,



91 acresce, destes candidatos citados, o que está em terceiro lugar abriu uma outra ação,
92 também requerendo a reanálise da Prova de Títulos e Experiência: “Então, são ações que
93 estão se multiplicando a partir das já existentes”. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR
94 indaga sobre a quantidade de processos ainda existentes ao que a Assessora Jurídica afirma
95 serem (05) cinco: a do Ministério Público - que correu aqui em Curitiba e está em Porto
96 Alegre; as ações das candidatas que estão em terceiro e sexto lugares para o cargo de
97 Analista Geral; os cinco primeiros lugares, citados pela Juíza; e a do candidato que não
98 compareceu no dia da prova, recorreu, e já teve a ação cancelada. A seguir, o Presidente
99 JEFERSON DANTAS NAVOLAR pergunta se, na avaliação da Assessora Jurídica do CAU/PR, o
100 Concurso vai sofrer uma interrupção, ou se ele entra numa fase mais tranquila. Ao que a
101 Assessora Cláudia Cristina Taborda Dudeque responde que, numa análise rápida, o Concurso
102 deve entrar numa fase mais tranquila: “Continuamos em busca da pessoa mais qualificada
103 para o cargo e quem fez a análise da documentação, quem fez toda a análise foi a FUNTEF,
104 então não cabe a nós escolher, e estamos aguardando ou a FUNTEF ou a Justiça decidir a
105 colocação. Mas para nós a busca é do melhor funcionário. Então, está bem tranquilo agora, é
106 só aguardar uma posição para poder contratar”. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR
107 abre a palavra e o Conselheiro Titular BRUNO SOARES MARTINS reafirma que os processos
108 comentados pela Assessora Jurídica do CAU/PR já foram relatados na Plenária anterior.
109 Finalmente, o Presidente lembra aos colegas que, em virtude do período eleitoral, o CAU/PR
110 tem que aguardar até três meses após a finalização do processo para a efetivação das
111 contratações, que deve ocorrer no início de Janeiro. E que o Conselho Estadual tenta ainda,
112 segundo o mesmo, “um entendimento mais profundo sobre a necessidade ou não de se
113 cumprir este prazo e, enquanto não tivermos uma posição contrária e absolutamente segura,
114 permanece, então, o início de Janeiro para a contratação dos novos colaboradores”. Sem
115 manifestações, é encerrada a presente Comissão.....

116 **4.2 Comissão Temporária das Câmaras Técnicas.....**
117 Sobre a instalação das Câmaras Técnicas (Anexo II), O Presidente JEFERSON DANTAS
118 NAVOLAR coloca que o CAU/PR, conforme já autorizado, está em processo de contratação da
119 empresa que deve organizar o conteúdo das Reuniões, aluguel das salas, material de apoio e
120 infraestrutura, *coffee-break* e demais: “É um Edital, uma Licitação Pública que já foi vencida,
121 e está em processo de contratação”. Neste sentido, o Presidente solicita que o Plenário
122 auxilie na aprovação do Calendário proposto e nos termos do texto finalizado, para usa
123 efetivação. Indica, assim, as datas estabelecidas: primeira Reunião - Pré-Conferência - em
124 Londrina, dia 07 (sete) de Outubro, no Hotel Cristal Palace, onde os delegados inscritos serão
125 eleitos para preenchimento das 112 (cento e doze) vagas propostas. Na sequência, serão
126 contempladas as cidades de Maringá, dia 08 (oito) de Outubro, no Hotel Internacional;
127 Cascavel, dia 09 (nove) de Outubro, no Hotel Harbor; Pato Branco, dia 10 (dez) de Outubro,
128 no Luz Hotel; Guarapuava, dia 11 (onze) de Outubro, no Grande Hotel Guarapuava; e, por
129 fim, Curitiba, dia 24 (vinte e quatro) de Outubro, no Hotel Tulip Inn, de Santa Felicidade. A
130 Conferência Estadual, segundo o Presidente, deve ocorrer “ato contínuo”, dia 25 (vinte e
131 cinco) de Outubro, onde os 112 (cento e doze) agentes eleitos devem concorrer à
132 Coordenação das Câmaras Técnicas e devem ser instruídos à condução das mesmas, segundo
133 o seu Regimento e Calendário para 2015, anteriormente aprovado. O Coordenador Geral das
134 Câmaras Técnicas, lembra ainda o Presidente, fará parte do quadro de funcionários do CAU
135 Paraná, onde deve ser criado um setor específico para o atendimento às demandas das



136 Câmaras Técnicas, visto a expectativa de “um volume grande e contínuo de movimentação
137 de informações”. A Licitação prevista, explica, conta com a contratação dos 07 (sete)
138 articulistas que vão produzir os primeiros textos para debate nas 07 (sete) Câmaras, em todas
139 as pré-conferências: “Mesmo que sejam extratos deles, vão estar os conteúdos completos à
140 disposição dos já eleitos Agentes na Plenária Estadual, e a perspectiva é que estes textos se
141 transformem em apostilas, passo a passo: oficina, seminário, onde todos os colegas tenham
142 acesso privilegiado a estas informações. Considerando, também, que é uma formação
143 continuada, nós vamos então colocar estes colegas representando o CAU Paraná com
144 mandato, com delegação, com portaria, mas, também, e fundamentalmente, com conteúdo.
145 Deixamos de ter uma complementação da política representativa, que todos aqui temos
146 mandatos e somos eleitos pelos Arquitetos e Urbanistas do Paraná, para termos também
147 uma política participativa, o que desde a Constituição de 88 é desejada, é recomendada.
148 Vamos abrir este leque de representação, nos colocando próximos da sociedade, dos colegas,
149 das entidades, que é o objetivo”. Neste sentido, o Presidente solicita ao Plenário que auxilie
150 na indicação de nomes. O Conselheiro Suplente ANÍBAL VERRI JUNIOR recomenda o
151 Arquiteto e Urbanista Celso Saito para desenvolver os textos sobre Normas de Desempenho
152 e Reforma, visto que o mesmo é consultor do Sebrae nesta área. Destaca que ele é um
153 profissional de Maringá, formado na UEL - Universidade Estadual de Maringá - acadêmico de
154 um Mestrado na área de Gestão e consultor do Sebrae na área de Construção Civil, em
155 Normas de Desempenho. Desta maneira, justifica, o profissional está envolvido desde o
156 começo nestas discussões, inclusive organizando um Evento em Maringá no começo do mês
157 de Outubro, sobre Normas de Desempenho para Arquitetos e Urbanistas. Em Arquitetura
158 Paisagística, o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR lembra o Arquiteto e Urbanista
159 Miguel von Behr, funcionário do Ibama entre 1982-2007, e do Instituto Chico Mendes de
160 Conservação da Biodiversidade, entre 2007-2009. O mesmo atuou na criação e implantação
161 de unidades de conservação, planejamento urbano e meio ambiente, reservas extrativistas,
162 populações tradicionais e corredores ecológicos, entre eles a implantação do Parque de
163 Guaraqueçaba. Contribuiu como Analista Ambiental no Parque Nacional da Chapada dos
164 Veadeiros, Goiás, pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, entre 2007
165 e 2010. Atualmente trabalha em Brasília como Assessor Técnico na Secretaria de Patrimônio
166 da União, órgão do Ministério do Planejamento e na assessoria da Presidência do IBAMA e
167 SEMA. Após esta apresentação, o Presidente solicita ao Conselheiro Titular ORLANDO
168 BUSARELLO que recomende outro nome, caso ele tenha alguma opção, mas o Conselheiro
169 expõe que não tem indicação alguma e que, apesar de não conhecer o Arquiteto em questão,
170 gostaria de saber mais a respeito com um breve currículo, para tentar uma aproximação e
171 “alinhamento” de discurso, visando uma atuação conjunta. O Presidente JEFERSON DANTAS
172 NAVOLAR prontifica-se a passar o contato para o Conselheiro, para que mesmo se pronuncie
173 a respeito, enquanto profissional de Associação. O Conselheiro Titular ALEXANDER FABRI
174 HULSMeyer pede a palavra e pronuncia-se a respeito, citando que desconhece o Arquiteto e
175 Urbanista em questão, apesar de estar em constante contato com a área acadêmica e
176 profissional neste campo de atuação. Assim sendo, ele pede um tempo para tomar
177 conhecimento do *curriculum vitae* do mesmo, “porque essa indicação tem que ser um voto
178 consciente”. Lembra, ainda, ao Plenário, que ele, Conselheiro Titular ALEXANDER FABRI
179 HULSMeyer, apresentou-se recentemente num Congresso em Belém do Pará, na discussão
180 de uma cultura paisagística de repercussão Nacional nas APPs - Áreas de Preservação



181 Permanente em Meio Urbano - especialmente no que trata dos fundos de vale. Portanto, a
182 sua posição é a de que o representante do Conselho nas Câmaras Técnicas deve estar “ligado
183 a estas discussões, e deve ter um nome emblemático”. O Presidente JEFERSON DANTAS
184 NAVOLAR destaca que, tanto o Conselheiro Titular ALEXANDER FABRI HULSMeyer, quanto o
185 Conselheiro Titular ORLANDO BUSARELLO são especialistas na área e têm autonomia para
186 indicar outro nome. Ao que este último concorda, e o Conselheiro Titular ALEXANDER FABRI
187 HULSMeyer pondera que os demais Conselheiros devem participar mais, sugerindo nomes
188 ligados às entidades de classe e universidades. Com a palavra, o Conselheiro Suplente ANÍBAL
189 VERRI JUNIOR indica o nome do Conselheiro Titular ALEXANDER FABRI HULSMeyer para as
190 Câmaras Técnicas, não obstante, no seu entender, “as Câmaras são uma maneira de
191 multiplicar as vozes de participação do Conselho, é a hora que a gente começa, como
192 Conselheiro, tomar o assento, então, isso acaba deixando de ser o motivo. O Alex, de
193 qualquer forma, a gente sabe que está na Comissão Eleitoral e está saindo do Conselho,
194 então, eu faço a indicação do nome dele”. E o Conselheiro Titular ALEXANDER FABRI
195 HULSMeyer faz a sua colocação a respeito: “Para não parecer que estou legislando em causa
196 própria, que isso me deixaria constrangido, se por acaso houver a indicação do meu nome,
197 que seja feito o mesmo rito como os demais, posto na mesa junto a outros nomes. Em
198 momento algum eu quero usar do cargo para ter um favorecimento. Então, se o meu nome
199 for indicado, continua a mesma colocação anterior, para passar também pela aprovação da
200 ABAP, que eu acho que fomos pertinentes aqui para a avaliação. Se não for o caso, a gente
201 encontra outro nome, e não vão faltar oportunidades de eu poder colaborar também”.
202 Assim, o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR pede que o Plenário referende a indicação
203 do Conselheiro ALEXANDER FABRI HULSMeyer, ao que o mesmo pondera que o seu nome só
204 deve constar em último caso. E, sobre tal, o Conselheiro Titular ORLANDO BUSARELLO
205 concorda que o Conselheiro ALEXANDER FABRI HULSMeyer tem o perfil para ser indicado,
206 mas acha conveniente consultar, também, os diretores da ABAP, para a tomada de decisões.
207 Lembra o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR que o prazo é curto e que os dois
208 Conselheiros supracitados podem auxiliar na indicação de nomes para a produção de um
209 texto de fundamentação à Câmara Técnica de Paisagismo. Para a Câmara de Patrimônio
210 Histórico, Cultural e Artístico, o Presidente lembra da experiência do Conselheiro Titular
211 CLAUDIO FORTE MAIOLINO na área, mas, como o tema atual em debate é a Economia
212 Criativa, ele indica o nome da Secretária da Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A, da
213 Prefeitura de Curitiba, Gina Paladino, que é Economista e, a seu ver, é uma das maiores
214 especialistas no assunto, já que o tema em questão é justamente a representação da
215 Economia Criativa relacionada ao Patrimônio Histórico. Solicita, neste sentido, o parecer do
216 Conselheiro Titular CLAUDIO FORTE MAIOLINO que acorda com esta indicação, visto que
217 “esta proposta temática - da Economia Criativa - é a de encontrar mecanismos que cada vez
218 mais facilitem a intervenção no Patrimônio”. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR
219 comenta que a Economista esteve em visita ao CAU/PR para que fosse dado início a um
220 debate entre as duas entidades - Conselho Estadual e a Prefeitura Municipal de Curitiba -
221 com o objetivo de incluir os Arquitetos e Urbanistas na “agenda” da Economia Criativa de
222 Curitiba, a partir do debate do Patrimônio Histórico. Quanto ao Planejamento Urbano e
223 Regional, em especial o Estatuto da Metrópole e os Consórcios Regionais, o Presidente cita
224 não haver a indicação de nome algum, até o momento, e indaga se o Plenário teria alguma
225 sugestão. O Conselheiro Suplente ANÍBAL VERRI JUNIOR propõe a indicação do Professor,



226 Arquiteto e Urbanista Alessandro Filla Rosaneli, da Universidade Federal do Paraná,
227 enquanto o Conselheiro Titular ORLANDO BUSARELLO indica os profissionais Arquitetos e
228 Urbanistas Zulma Schussel e/ou Clovis Ultamari. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR
229 lembra o Secretário Municipal de Planejamento de São Paulo, Fernando de Mello Franco, que
230 deve proferir palestra dia 23 (vinte e três) de Outubro, na Audiência Pública de Revisão do
231 Plano Diretor de Curitiba - como parte do acordo de colaboração entre o Conselho e a
232 Câmara Municipal de Curitiba. O Profissional, segundo o Presidente, tem ampla experiência,
233 desenvolvendo uma verdadeira revolução na Administração Municipal de São Paulo e pode
234 ser consultado para participar deste processo, caso autorizado pelo Plenário. O que é
235 acordado por todos. Na instância do Meio Ambiente, com ênfase nas Tecnologias
236 Sustentáveis, o Conselheiro Titular ORLANDO BUSARELLO recomenda o Arquiteto e Urbanista
237 Marlos Hardt, enquanto o Conselheiro Titular BRUNO SOARES MARTINS aconselha a
238 Professora, Arquiteta e Urbanista Vania Deeke, e o Conselheiro JOÃO VIRMOND SUPLICY
239 NETO indica o Arquiteto e Urbanista Otávio Urquiza Chaves, que trabalha com projetos
240 permaculturais. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR solicita sugestões para a Câmara
241 de Instalações e Equipamentos, focada em Segurança do Trabalho e Novas Normas de
242 Prevenção de Incêndio, ao que o Conselheiro Titular ORLANDO BUSARELLO indica o Arquiteto
243 e Urbanista Keiro Yamawaki. Assim, o Presidente comunica que o Assessor de Comunicação,
244 Antonio Carlos Domingues da Silva, está pesquisando alguns nomes para expandir a lista de
245 indicações para as Câmaras Técnicas, enquanto o Conselheiro Suplente CARLOS DOMINGOS
246 NIGRO pondera que o Plenário deveria recomendar, outrossim, um nome para Coordenador
247 Adjunto. O Conselheiro Titular ALEXANDER FABRI HULSMeyer indaga sobre os profissionais
248 indicados, se devem ser, obrigatoriamente, do Estado do Paraná. Ao que o Presidente
249 JEFERSON DANTAS NAVOLAR explica que, segundo o Edital de lançamento das Câmaras
250 Técnicas, há apenas referência quanto a qualificação/especialização dos mesmos. Neste
251 sentido, o Conselheiro Titular ALEXANDER FABRI HULSMeyer acrescenta mais uma indicação
252 para a Câmara de Arquitetura Paisagística, o Arquiteto e Urbanista Silvio Soares Macedo,
253 formado pela Universidade de São Paulo, que, segundo o Conselheiro, conta com uma série
254 de livros publicados na área, e é referência em todos os grupos de pesquisa do Brasil,
255 inclusive faz parte, junto com o Conselheiro, do grupo de pesquisa Quapá - Quadro do
256 Paisagismo no Brasil - “que é o maior grupo de pesquisa de Arquitetura Paisagística do País”.
257 O Conselheiro adverte, porém, que talvez o profissional em questão não vá poder
258 comprometer-se na continuidade dos trabalhos, “mas como abre-alas é uma referência”; o
259 Conselheiro Suplente CARLOS DOMINGOS NIGRO sugere o Arquiteto e Urbanista José
260 Eduardo Vieira Ribeiro - “Zezéu” Ribeiro; o Conselheiro Titular JOÃO VIRMOND SUPLICY NETO
261 indica o Arquiteto e Urbanista Tiago Holzmann da Silva, do Rio Grande do Sul, para compor a
262 Câmara de Planejamento Urbano e Regional; e, por fim, o Presidente JEFERSON DANTAS
263 NAVOLAR sugere o Arquiteto e Urbanista Clovis Ilgenfritz da Silva, com experiência nas áreas
264 de Habitação Popular e Planejamento Urbano e autor de vários Projetos de Lei. Coloca,
265 outrossim, que o CAU/PR deve entrar em contato com os profissionais anteriormente
266 mencionados e, após a anuência destes, colocar de novo ao juízo do Plenário estas indicações
267 para a definição final. Com a palavra aberta, sem manifestações, o Presidente encerra a
268 presente Comissão.-----

269 **4.3 Relato da Comissão de Atos Administrativos.**-----
270 Devido a ausência do Conselheiro Titular LUIZ BECHER, o Presidente cita a Minuta do novo



271 RRT - Registro de Responsabilidade Técnica - que será apresentada pelo Conselheiro Federal
272 LAÉRCIO LEONARDO DE ARAÚJO. O Conselheiro Federal comunica que na última Plenária foi
273 iniciado o debate sobre a nova Resolução que trata do RRT, mas que, em função da falta de
274 tempo, a discussão deve prosseguir na próxima Reunião: “Isto significa que ainda é possível
275 fazer algum tipo de colocação para melhoria do texto. Então, eu devo repassar ainda as
276 sugestões da Comissão de Exercício Profissional diretamente ao Coordenador, como também
277 ao Plenário”. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR agradece ao Conselheiro e, a seguir,
278 passa a tratar da avaliação do Imóvel da Rua Luiz Xavier. Explica que o Leilão do mesmo,
279 marcado para o dia 18 (dezoito) de Setembro foi adiado, com a justificativa de que a família
280 espera uma reavaliação quanto ao valor do lance inicial. Quanto ao laudo desenvolvido pela
281 CVI - Câmara de Valores Imobiliários - contratada pelo CAU/PR, o Presidente confirma a
282 avaliação feita no valor de R\$ 10.460.000,00 (dez milhões, quatrocentos e sessenta mil reais),
283 “três vezes o valor inicial do Leilão, o que nos coloca em uma posição extremamente difícil,
284 pela margem grande em relação ao valor inicial”. Assim sendo, o Presidente recomenda ao
285 Plenário aguardar a remarcação da data do Pregão para recolocar o assunto em pauta na
286 próxima Reunião. Ao que todos acordam. Posteriormente, o Presidente JEFERSON DANTAS
287 NAVOLAR coloca que, em virtude dos vários questionamentos de conselheiros sobre as
288 contas do CAU Paraná, o Conselho antecipou a Auditoria do ano de 2014, desdobrando-a em
289 02 (duas) etapas. A empresa, contratada por licitação, deverá apresentar as contas auditadas
290 de Janeiro a Julho, com resultados para antes das eleições: “Vai ficar disponível, então, dos
291 Conselheiros e da sociedade. E depois, no fim do ano, a empresa volta e conclui o trabalho
292 com os meses faltantes”. Assim, o Presidente solicita a autorização do Plenário para dar
293 prosseguimento a esta contratação, nos moldes apresentados. E a mesma é aprovada por
294 unanimidade. Com a palavra aberta, o Conselheiro Titular JOÃO VIRMOND SUPPLY NETO
295 pondera que deve colocar a pauta na próxima Reunião Plenária, mas adianta a solicitação,
296 explanando sobre o desenvolvimento de um livro em homenagem aos 100 (cem) anos do
297 Arquiteto e Urbanista Oscar Niemeyer: “Eu coletei em torno de 40 (quarenta) textos
298 estrangeiros e de Arquitetos brasileiros sobre a importância da obra dele na história da
299 Arquitetura. O primeiro foi Álvaro Siza, tivemos Peter Eisenman, Kenneth Frampton, Rafael
300 Alves da Rocha, enfim, vários notórios da área de Arquitetura. Este livro tem um projeto
301 gráfico do Guilherme Zamoner, que posso apresentar na próxima Plenária, e é de extrema
302 qualidade. Então, estou fechando contrato com a Editora, por isso prefiro deixar para a
303 próxima Plenária. O contrato está sendo fechado e, na captação de recursos, pode ser que o
304 CAU seja um possível, digamos, apoiador, junto a outros, e nós teríamos a publicação deste
305 livro, que eu creio, de uma importância relevante, porque tem depoimentos inéditos de
306 pessoas notórias”. O Presidente agradece o relato e passa a matéria seguinte, que trata da
307 aquisição, por licitação, de dois veículos a serviço do CAU/PR. Explica que a Duster, carro já
308 adquirido pelo Conselho, destina-se, fundamentalmente, ao trabalho do dia a dia de todos. E
309 cita: “Até hoje esta Presidência e todos os funcionários usam seus próprios carros e eu, em
310 especial, nem a gasolina cobro deste Conselho”. Desta forma, explica que há um Edital que
311 está vencendo, cujo prazo expira em Outubro, e a opção é a da compra dos veículos na
312 vigência desta licitação, ou esperar uma próxima oportunidade: “A mesa traz a proposta de
313 compra de 02 (dois) veículos 1.0 neste momento, para que possa ficar um à disposição da
314 Sede do Conselho, e outro, para que possa ficar à disposição às Regionais do interior. O preço
315 é de, aproximadamente, R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais) cada carro”. Com a palavra



316 aberta, os Conselheiros debatem sobre tal, ponderando, especialmente, sobre a real
317 necessidade desta aquisição; a estratégia de utilização do veículo destinado às Regionais; os
318 impostos a serem pagos - na aquisição do mesmo, mas não no emplacamento e pedágios; o
319 custo-benefício desta aquisição por licitação; a aquisição de outros veículos para as
320 Regionais, principalmente para o uso da Fiscalização; os equipamentos/acessórios que
321 devem compor o carro adquirido - direção hidráulica e ar-condicionado; outras
322 funcionalidades do veículo: trabalho de Van (como o CAU/MG), preventivo e normativo.
323 Neste momento, o Presidente lembra ao Plenário que, fora a Van, os dois veículos a serem
324 adquiridos comporiam a frota máxima do CAU/PR. E explica: “As últimas tratativas não
325 oficiais, como, por exemplo, a empresa Localiza, nos coloca uma condição em que a maior
326 frota do CAU pode ser de carros alugados. O preço anual renovável que eles nos oferecem é
327 extremamente atraente porque vem com impostos, seguro, reposição imediata e motorista,
328 se quiser. São informações que estão sendo construídas. O meu voto hoje permanece este,
329 vamos aproveitar a licitação, vamos comprar já 02 (dois) veículos pequenos, nem que fiquem
330 aqui na Sede, os funcionários atuais e futuros deixam de usar seus carros pessoais, e em uma
331 emergência se deslocariam para o interior e, num segundo momento, vamos então, talvez,
332 aderir à locação. Porque são irrecusáveis as ofertas que já nos fizemos informalmente,
333 principalmente considerando que teríamos o interesse de outros CAUs em fazer um contrato
334 com eles, para 10 (dez), 20 (vinte) carros. “ Segue o debate no Plenário, e o Conselheiro
335 Titular RICARDO LUIZ LEITES DE OLIVEIRA pondera que, se o modelo dos carros a serem
336 adquiridos forem 2013/2013, ele não aprova a entrada na licitação; mas se os veículos forem
337 modelos 2014/2014, ele concorda em que o CAU/PR participe do processo licitatório. O
338 Presidente completa a informação, explicando que a empresa trabalha com dois tipos de
339 frotas: 0 (zero) quilômetro, para o varejo, e carros com (dois) anos de uso, para os demais.
340 Colocada em votação, a matéria é aprovada, com um voto contrário, do Conselheiro Titular
341 RICARDO LUIZ LEITES DE OLIVEIRA.-----

342 **4.4 Relato da Comissão de Ética Profissional.**-----

343 O Conselheiro Suplente JUCENEI GUSSO MONTEIRO comunica a ausência da Conselheira
344 Titular MARLI ANTUNES DA SILVA AOKI. Justifica, outrossim, que a Comissão não se reuniu
345 pela manhã por falta de quórum, deixando os processos a cargo do colaborador da Comissão,
346 o funcionário Leandro Reguelin. A seguir, informa que a Comissão aprovou, em âmbito
347 Nacional, a nova dinâmica do trâmite dos processos, para o qual a Comissão Estadual reuniu-
348 se, em caráter extraordinário, no início do mês de Setembro, para firmar o “alinhamento”
349 destes procedimentos, dentro do CAU/PR. Outra aprovação advinda do Evento em Aracaju,
350 informa o Conselheiro, foi a colaboração de uma Assessoria Jurídica que fizesse a pré-
351 avaliação dos processos da Comissão. Foi recomendado, assim, que os CAUs Estaduais
352 contratem estes profissionais para atendimento exclusivo da Comissão de Ética. Discorre, a
353 seguir, sobre as questões colocadas pela Comissão, principalmente quanto aos profissionais
354 da Arquitetura e Urbanismo que “correm o risco” de serem responsabilizados pelo absoluto
355 desamparo na orientação técnica: “E nós entendemos, como Comissão de Ética, que esta
356 responsabilidade é nossa, em uma ação compartilhada com a Comissão de Exercício
357 Profissional”. O Conselheiro Titular MANOEL DE OLIVEIRA FILHO cita que tem recebido
358 algumas “cobranças” a respeito de processos éticos encaminhados e, dentre eles, 02 (dois)
359 específicos. Ao que o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR solicita o repasse dos mesmos
360 a Assessoria de Plenária, para que as devidas providências sejam tomadas, lembrando que há



361 mais de 50 (cinquenta) processos de Ética a serem relatados. Com a palavra aberta, sem
362 manifestações, o Presidente dá por encerrada a presente Comissão.-----

363 **4.5 Relato da Comissão de Finanças.**-----

364 Inicialmente, o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR comunica que há duas prestações
365 em aberto, a de Julho e a de Agosto. Lembra, outrossim, que o CAU/PR deve aprovar, nesta
366 Plenária, a 2ª (Segunda) Reformulação Orçamentária para encaminhamento ao CAU/BR. Em
367 tela, o Conselheiro Titular JOÃO VIRMND SUPLICY NETO apresenta o “Quadro Resumo
368 Conciliação do mês de Julho” (Anexo III) que é discriminado aos presentes. Quanto ao mês
369 de Agosto, a “Demonstração Financeira” (Anexo IV) é exposta, onde o valor da composição
370 do saldo atual é de R\$ 9.662.636,60 (nove milhões, seiscentos e sessenta e dois mil,
371 seiscentos e trinta e seis reais e sessenta centavos). A seguir, o Conselheiro compara o valor
372 das despesas e receitas do mês, em relação aos meses anteriores. Com a palavra aberta, o
373 Conselheiro Titular RICARDO LUIZ LEITES DE OLIVEIRA lembra que sua solicitação quanto ao
374 valor das diárias dos funcionários e Conselheiros não foi atendida. Ao que o Presidente
375 JEFERSON DANTAS NAVOLAR coloca que a sua lembrança era a de que o Conselheiro Titular
376 CLAUDIO FORTE MAIOLINO havia solicitado a relação dos telefones do CAU/PR, passagens e
377 apoios às entidades, os quais foram atendidos. Após consulta ao Conselheiro Titular JOÃO
378 VIRMOND SUPLICY NETO, ao Contador João Armando Zanato da Silva, e ao Assessor
379 Financeiro do CAU/PR, Nilto Roberto Cerioli, o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR
380 anuncia que será enviado, via *e-mail*, para os Conselheiros, a relação das diárias de todo o
381 Conselho, por CPF. Neste sentido, o Conselheiro Titular CLAUDIO FORTE MAIOLINO pede a
382 palavra, lembrando que, primeiramente, foi solicitada uma relação dos telefones
383 corporativos do CAU/PR, com os respectivos funcionários que os têm em posse. Tal
384 solicitação, comunica o Conselheiro, foi efetivada para verificação dos limites de gastos e
385 averiguação de dados, conforme denúncia recebida. Afirma que na lista enviada, porém,
386 constam 02 (dois) números como indefinidos, e os valores das ligações são “muito díspares”,
387 e não há limites de gastos. Com relação as passagens, o Conselheiro cita que a solicitação
388 feita ao CAU/PR foi a de uma relação desde o início do Conselho, com datas, nomes dos
389 beneficiários e destinos. Porém, o recebimento das mesmas, anuncia, deu-se por um
390 conjunto de faturas sem ordem cronológica, e que, mesmo empenhando-se na sua
391 verificação, o Conselheiro não conseguiu completar a tarefa. Explica que solicitou ao
392 Assessor Financeiro Nilto Roberto Cerioli nova listagem, dentro de uma ordem lógica, “para
393 que pudéssemos também verificar a procedência das denúncias, que num primeiro
394 momento, são infundadas” e soube-se que a mesma estava em posse do Presidente, para
395 posterior envio aos Conselheiros. Porém, afirma o Conselheiro, até a presente data não
396 constatou o recebimento desta relação. Em se tratando do repasse às entidades, o
397 Conselheiro Titular CLAUDIO FORTE MAIOLINO agradece o envio dos relatórios e comunica
398 que os mesmos estão sendo averiguados. Sobre o Edital do Concurso, especificamente para
399 o cargo de Advogados, o Conselheiro informa ao Plenário que não recebeu a cópia solicitada.
400 Em seguida, comenta sobre o manifesto dos funcionários do CAU/PR, encaminhado pelo
401 Conselheiro Titular JOÃO VIRMOND SUPLICY NETO aos demais Conselheiros, por *e-mail*, no
402 dia 05 (cinco) de Setembro, onde se lê: “*de hora para outra estranhamente, de surpresa,*
403 *estivemos rodeados por uma série de não Conselheiros*”. Sobre tal, o Conselheiro CLAUDIO
404 FORTE MAIOLINO explica que, enquanto Plenário, os Conselheiros “não respondem por
405 isso”, haja visto que as Reuniões Plenárias do Confea eram transmitidas *online* e, assim



406 sendo, exprime-se, “ressalvando os processos éticos, as Plenárias são locais de acesso
407 público”. Comenta, ainda, que não vem aprovando os Relatórios Financeiros, não por uma
408 questão de desconfiança, mas porque percebeu uma mudança de comportamento por parte
409 de alguns Conselheiros nas vezes que solicitou detalhamento de alguns documentos
410 concernentes. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR pede a palavra e manifesta-se ao
411 Plenário sobre as questões levantadas pelo Conselheiro Titular CLAUDIO FORTE MAIOLINO.
412 Primeiro, sobre a questão dos telefones, comunica que os números constantes como
413 “indefinidos” é porque estão em posse do CAU/PR, retidos; Segundo, em relação às
414 passagens, encaminhou-se a todos os Conselheiros o processo que as originou, nomes de
415 seus beneficiários e custos: “Seria fora de contexto, encaminhar aos Conselheiros esta
416 listagem, sem as devidas justificativas, que é o que chegou a todos. Pedido de compra, quem
417 pediu, destino, valor. Em relação às entidades, também preparamos uma listagem com todas
418 as datas, solicitações e valores do que foi repassado até aquele momento. A maior parte das
419 vezes é termo de cooperação”. O Presidente explica, neste sentido, que o CAU/PR, A
420 EXEMPLO DE OUTROS conselhos, não promove eventos e sim os apoia, quando solicitado,
421 somente com passagens e hospedagens. Após, o Conselheiro Titular JOÃO VIRMOND
422 SUPLICY NETO lembra aos demais que, prezando pela Transparência, prontamente a
423 Comissão de Finanças trouxe à Plenária todos os empenhos para atender à esta demanda.
424 Antes de passar a palavra ao Contador João Armando Zanato da Silva, o Presidente
425 JEFERSON DANTAS NAVOLAR coloca em votação a aprovação de contas dos meses de Julho e
426 Agosto, que são aprovadas pelo Plenário, com um voto contrário, do Conselheiro Titular
427 CLAUDIO FORTE MAIOLINO. Sobre a 2ª (Segunda) Reformulação Orçamentária de 2014, o
428 Contador João Armando Zanato da Silva apresenta o resumo desta, esclarecendo que a
429 mesma é uma diretriz do CAU Federal: “é ele que determina a data da reformulação e os
430 valores a serem aplicados”. Assim sendo, explica, há um acréscimo na receita de RRT e uma
431 diminuição no valor de anuidades de pessoas jurídicas e/ou físicas, que cabe ao CAU/PR
432 cumprir e colocar no Orçamento. Lembra ainda que no 1º (primeiro) deste, já aprovado em
433 Plenária, a dotação total era de R\$ 6.811.000,00 (seis milhões, oitocentos e onze mil reais) e
434 nele foram incluídas as receitas de capital, ou seja, o saldo de caixa do ano passado foi
435 colocado neste Orçamento, também como determinado pelo CAU/BR. Já na 2ª (segunda)
436 Reformulação acrescentou-se, do valor advindo da 1ª (primeira), R\$ 597.000,00 (quinhentos
437 e noventa e sete mil reais), referentes a uma projeção de aumento na arrecadação dos RRTs.
438 Comenta, por fim, sobre o fundo de apoio do CAU Mínimo, em que o CAU/PR teve que
439 adaptar seu orçamento, segundo uma demanda judicial em vigor: ficam reservados R\$
440 20.000,00 (vinte mil reais) para Convênios e R\$ 347.000,00 (trezentos e quarenta e sete mil
441 reais) para funcionamento e manutenção do Conselho. Com a palavra aberta, sem
442 manifestações, o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR agradece a explanação do
443 Contador João Armando Zanato da Silva, abrindo a votação da 2ª (segunda) Reformulação
444 Orçamentária do CAU/PR de 2014, conforme o apresentado. A mesma é aprovada por
445 unanimidade, encerrando-se assim, a Comissão de Finanças. O Conselheiro Titular
446 ALEXANDER FABRI HULSMeyer solicita a inversão de Pauta, para que seja apresentada a
447 matéria da Comissão Eleitoral do CAU/PR.-.-.-.-.-

448 **4.6 Relato da Comissão Eleitoral do Paraná.-.-.-.-.-**
449 Enquanto componente da Comissão Eleitoral do CAU/PR, o Conselheiro Titular ALEXANDER
450 FABRI HULSMeyer justifica-se por sua ausência na última Plenária, devido a participação em



451 um Congresso. Em seguida, esclarece que a Comissão Eleitoral do Paraná “tem poucas
452 atribuições”, onde as decisões finais, em sua grande maioria, partem da Comissão Nacional.
453 Segundo ele, a única incumbência que é de responsabilidade obrigatória e oficial da
454 Comissão Eleitoral do Paraná é a publicidade do processo eleitoral, e não a homologação de
455 chapas: “Então, o processo de publicação das chapas concorrentes, o chamamento para os
456 Arquitetos, como nós vamos fazer isso, é uma das poucas decisões que nos cabem a nível
457 regional, as outras todas são ditadas pelo órgão maior”. Passa, então, a fazer um breve
458 histórico do processo eleitoral, assinalando que: dia 07 (sete) de Julho houve a definição da
459 Comissão Eleitoral do Paraná; dia 17 (dezesete) de Julho foi enviado oficialmente para o
460 CAU Brasil o nome dos representantes da Comissão Eleitoral do Paraná, através de Ofício;
461 dia 28 (vinte e oito) de Julho a Comissão Eleitoral Nacional foi informada a respeito do
462 número de vagas que estaria disponível para as chapas do Paraná; dia 1º (primeiro) de
463 Setembro foram oficiados os CAU/UF sobre os procedimentos internos das Comissões; dia
464 08 (oito) de Setembro foi enviada a senha de acesso e feito contato com o Analista Técnico
465 do CAU Brasil nos dias seguintes; e dia 10 (dez) de Setembro elaborou-se um passo-a-passo
466 para disponibilizar aos Conselheiros. Neste sentido, pondera que, em nome da Comissão e
467 pessoalmente, não entende como qualquer Conselheiro interessado em concorrer a uma
468 vaga dentro do Conselho, não tenha acessado o *site* do CAU Brasil para informar-se sobre as
469 regras. E, ainda sobre a senha de acesso, informa que a única diferença entre ele,
470 Coordenador da Comissão Eleitoral, e outro Conselheiro, é o acesso para ver as chapas
471 candidatas. Comunica que no dia 15 (quinze) de Setembro, por sua solicitação, foi enviado
472 aos Conselheiros o endereço de *e-mail* da Comissão e dia 19 (dezenove) de Setembro,
473 encerraram-se as inscrições das chapas, e a Comissão do CAU Paraná não teve mais acesso
474 ao sistema no que se refere às eleições. Para a data de hoje, explica, é obrigatória a
475 publicação, em Edital, da chapa inscrita e homologada. Para o dia 02 (dois) de Outubro, cita,
476 há a previsão de uma Reunião da Comissão Eleitoral para votar processos de impugnação ou
477 recursos relacionados às candidaturas. Ainda, segundo ele, todos os documentos exigidos
478 nesta fase, foram apresentados pela chapa homologada mas, se algum Conselheiro sentir-se
479 insatisfeito, pode solicitar a impugnação de outro, dentro da chapa. Por fim, o Conselheiro
480 esclarece ao Plenário sobre os casos de impugnação de chapas e candidaturas, de acordo
481 com as regras estabelecidas pelo CAU Brasil, reiterando que a Comissão está a disposição de
482 todos para quaisquer esclarecimentos, bem como o Assessor da Comissão, o Advogado do
483 CAU/PR, Augusto Viana Ramos. Com a palavra aberta, sem manifestações, o Presidente
484 JEFERSON DANTAS NAVOLAR agradece o relato, encerrando a presente Comissão.-----

485 **4.7 Comissão de Exercício Profissional.**-----

486 Sobre a Reunião das Comissões realizada pela manhã, o Conselheiro Titular CLAUDIO FORTE
487 MAIOLINO comunica ao Plenário que foram analisadas e deferidas 11 (onze) solicitações de
488 RRT Extemporâneos, devido à emissão de Registro de Responsabilidade Técnica fora do
489 prazo determinado pela Resolução nº 31/2012 do CAU/BR; deferidas 18 (dezoito)
490 solicitações de Cancelamento de RRT, por não execução das atividades ou quebra de
491 contrato comercial, cumprindo os requisitos dispostos no Capítulo 4, Seção 2 da Resolução
492 nº 24/2012 do CAU/BR; deferidas 05 (cinco) solicitações de Nulidade de RRT, por equívoco
493 de preenchimento e pagamento em duplicidade, enquadrando-se no Artigo 30, Inciso 1º,
494 disposto no Capítulo 4, Seção 3 da Resolução nº 24 do CAU/BR. Relata, outrossim, sobre o
495 questionamento da profissional Rosana M. Matsubara, formada em 1998, pela Universidade



496 CESULON, de Londrina, Paraná, ao qual se lê a pergunta e proposição de resposta da
497 Comissão diante a mesma, para apreciação do Plenário: *“Informação da profissional.*
498 *Conforme o Artigo 3 da Lei 12.378/2010 os campos de atuação para o exercício da*
499 *Arquitetura e Urbanismo são definidos a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais com*
500 *amplitude às áreas contidas na Resolução nº 21/2012 do CAU BR. Meu questionamento se*
501 *refere à área de Pavimentação Urbana. Na minha grade curricular não tive disciplinas na*
502 *área de Pavimentação Urbana e não tenho qualquer especialização na área. Gostaria de*
503 *saber se tenho atribuição, conforme o CAU, de fiscalizar obras de Pavimentação Urbana,*
504 *Pavimentação Asfáltica Regular, CBUQ, etc., considerando o Artigo 3 da Lei 12.378 e a*
505 *Resolução nº 21/2012”.* Quanto ao parecer da Comissão, a ser ratificado pelo Plenário,
506 anota-se que: *“Existe atividade de pavimentação na Resolução nº 21/2012 que se refere às*
507 *atribuições do Arquiteto e Urbanista, porém, a decisão fica a critério da profissional,*
508 *respeitando o Código de Ética descrito na Resolução nº 52, item 3. Obrigações com o*
509 *contratante: 3.2.7 O Arquiteto e Urbanista deve prestar seus serviços profissionais, levando*
510 *em consideração sua capacidade de atendimento em função da complexidade dos serviços.*
511 *A Resolução nº 21 diz o seguinte: 1.91 Projeto de movimentação de terra, drenagem e*
512 *pavimentação; e no item 2.8.1 Execução de terraplanagem, drenagem e pavimentação. Essas*
513 *são as áreas de atribuição previstas na Resolução nº 21”.* Assim sendo, o Conselheiro cita
514 que informou-se à Arquiteta que ela tem as atribuições pela Resolução nº 21, porém, deve
515 guardar o Código de Ética, não assumindo atividades para as quais ela não se julgue
516 competente. E, como a resposta pode abrir uma Jurisprudência para as demais, o
517 Conselheiro Titular CLAUDIO FORTE MAIOLINO solicita ao Plenário suas considerações. Com
518 a palavra aberta, o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR coloca em votação o parecer da
519 Comissão, que é aprovado por unanimidade. A seguir, o Conselheiro Titular CLAUDIO FORTE
520 MAIOLINO traz alguns esclarecimentos sobre o exercício da atividade de ensino, nas
521 academias de profissões regulamentadas. Lembra que a PUC-PR conta com um Curso de
522 Arquitetura e Urbanismo com 33 (trinta e três) anos, com sólida estrutura e composição de
523 algumas disciplinas profissionalizantes, segundo a Lei de Diretrizes e Bases. Discorre sobre os
524 campos de saber e os núcleos de conhecimentos de fundamentação, bem como os diversos
525 profissionais que auxiliam nas respectivas disciplinas. Na área do Ensino da Conservação e
526 Restauro, instaurada em 1998, de acordo com a recomendação da ABEA - Associação
527 Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo, o Conselheiro afirma que há um laboratório
528 onde os alunos têm aulas práticas que vão da *“Estrutura”, “Composição de Materiais”* à
529 *“Projeto em Áreas Patrimoniais”* que, segundo ele, se não é o único, é o um dos poucos
530 laboratórios específicos em funcionamento no País. Assim sendo, ele relata que a Professora
531 Nanci Valente - esposa deste - passou a ser constantemente atacada via *Facebook fake*,
532 sendo acusada de estar exercendo atividade de ensino, em áreas de núcleo de
533 conhecimentos profissionais. A profissional em questão, explica, é Engenheira Química, fez
534 dois anos de especialização em Ferrara, na Itália, em *“Deterioração e Degradação de*
535 *Materiais”*, preponderantemente aplicados a obras patrimoniais, fez dois anos de curso no
536 Centro de Conservação e Restauro da UFMG - Centro de Formação de Especialistas em
537 *“Restauro de Obras de Arte Bens Móveis”* - e, atualmente, desenvolve uma atividade de
538 pesquisa ligada à *“Iconografia e Iconologia das Pinturas e dos Desenhos, principalmente do*
539 *Período Barroco”.* A Professora ainda auxiliou na implementação do Laboratório de
540 Restauro, onde as atividades de restauração de monumentos e materiais e de obras de arte



541 se desenvolve. Assim sendo, menciona que o *fake* em questão está sendo investigado por
542 profissionais e traz o assunto ao Plenário para que a Comissão de Ensino e Formação,
543 fundamentada na legislação - cujo material o Conselheiro apresenta - produza um parecer
544 sobre esta interface, já que ela pode abranger todas as áreas e profissionais diversos ligados
545 ao Ensino da Arquitetura e Urbanismo: “E a pergunta que fica, é por que somente este mês
546 foi levantado este caso? Os outros professores Engenheiros que participam na interface das
547 áreas projetuais não foram citados. As Universidades que não ensinam Restauro, também
548 não foram citadas. São coincidências que me levam a relatar o fato e solicitar à Comissão de
549 Ensino que emita uma nota ou parecer, obviamente aprovado pelo Plenário, para que
550 explique às pessoas os procedimentos do Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC-PR,
551 visto que os desinformados não têm esta compreensão. [...] O Laboratório em questão tem
552 sido um diferencial em relação a outras Universidades, que não tem, sequer, o ensino da
553 Conservação e do Restauro”. O Conselheiro Titular ALEXANDER FABRI HULSMEYER cita que
554 foi ele quem reencaminhou aos Conselheiros este *email*, para que todos tivessem ciência, já
555 que o mesmo também foi encaminhado a ele, e reitera a importância do posicionamento do
556 Conselho a respeito, visto englobar outros casos de profissionais docentes na Arquitetura e
557 Urbanismo: “Acho importante, e até conversei com o Maiolino, não de dar uma resposta
558 apenas em relação a este caso pontual, mas acho que o Conselho tinha que ter uma regra,
559 pois a relação entre as regras do Conselho e do MEC nunca foram harmoniosas. Sempre o
560 Conselho foi mais restritivo que o Ministério, ou vice-versa. Acho que o nosso papel aqui é
561 criar uma regra que valha para todos os profissionais que estejam em situações
562 semelhantes, ou seja, situações em que a disciplina seja compartilhada por diversos
563 professores, onde não seja docente exclusivo, tenha o seu titular, para que outros
564 profissionais possam fazer parte desse grupo. Eu acho que o Conselho tem que se expressar
565 oficialmente. Esta é a minha posição, enquanto integrante da Comissão de Exercício
566 Profissional, e Conselheiro”. Sobre tal, o Conselheiro Titular ANDRÉ LUIZ SELL cita que o
567 assunto é relevante, mas deve esperar o retorno do Conselheiro CARLOS HARDT para que a
568 Comissão de Ensino e Formação possa posicionar-se a respeito. Também o Conselheiro
569 Titular JOÃO VIRMOND SUPLICY NETO posiciona-se a favor de se tratar a questão com
570 relevância, visto haver muitos professores colaboradores “não Arquitetos” no Curso de
571 Arquitetura e Urbanismo: “Acho que é oportuno, até para que sirva de exemplo para uma
572 Comissão Nacional”. A seguir, o Conselheiro indaga sobre a situação da Resolução nº 51 do
573 CAU ao Conselheiro Federal LAÉRCIO LEONARDO DE ARAÚJO, que explica que a mesma está
574 suspensa, *sub judice*; e que, de todas as ações referentes, somente a de uma Associação em
575 todo o Brasil, ABENC - Associação Brasileira de Engenheiros Civis/SC - conseguiu liminar para
576 que a mesma se proceda. O Conselheiro Titular CLAUDIO FORTE MAIOLINO pondera que a
577 ação promovida pelo Sindicato no início do ano passado era exatamente nesse sentido,
578 fundamentado em Lei, provar que o CREA ficava impedido de conceder atribuições de
579 Arquitetos e Urbanistas a Engenheiros Civis. Cita ainda que a mesma originou-se no sucesso
580 do Sindicato de Minas Gerais, numa ação de igual teor e, atualmente, o CREA daquele Estado
581 tem restrições de emitir ART e Acervo, na área de Arquitetura e Urbanismo. A mesma ação
582 no Paraná não obteve provimento. A última informação recebida é a de que o Sindicato iria
583 apresentar recurso numa instância superior. A seguir, o Conselheiro Titular JOÃO VIRMOND
584 SUPLICY NETO lembra que “obviamente nós, Arquitetos, entendemos o por que essa
585 Resolução foi aprovada, a nº51, porque tem tudo a ver, é como a relação entre o médico e o



586 enfermeiro, o enfermeiro não tem as mesmas disciplinas que um médico tem, ou seja, ele
587 não pode operar o indivíduo, porque ele não tem essa habilitação. (...) Uma das maiores
588 lutas nossas para a formação do Conselho é justamente esse desserviço que se faz na
589 sociedade de Engenheiros projetar indevidamente”. Observa, a seguir, que todos os
590 Conselheiros estão cientes do processo pré-eleitoral pelo qual passa o CAU, e que, neste
591 sentido, chegou ao seu conhecimento que o Engenheiro Civil Joel Krüger - Presidente do
592 CREA/PR - estaria fazendo campanha para Arquitetos e Urbanistas, o que foi ratificado pelo
593 mesmo, numa conversa informal. Cita que houve a confirmação de que a mesma era a
594 Conselheira Titular MARLI ANTUNES DA SILVA AOKI. Assim sendo, ele afirma que gostaria de
595 confirmar com ela tal fato. E justifica: “Não é nada pessoal em relação à Presidência atual do
596 CREA, mas decorrente do antagonismo ferrenho, por exemplo, pelo fato do CAU Paraná ter
597 publicado em primeira página a Resolução nº 51. Também pelo fato de que o CAU Paraná
598 não incluiu o CREA na Audiência Pública sobre o Plano Diretor, sendo que a mesma quem
599 prepara é o Vereador Jonny Sticca, que convocou o CAU, etc. e tal. Então, baseado nessa
600 justificativa, ele (Engenheiro Joel Krüger) estaria, digamos, nas Associações de interior do
601 Estado do Paraná, trabalhando para a gestão do CAU”. E, mesmo o Conselheiro entendendo
602 que, talvez, não seja uma matéria da Comissão de Exercício Profissional, ele aponta esta
603 situação, a partir da postura apresentada pelo Engenheiro Civil Joel Krüger - que foi contrário
604 a Resolução nº 51, e dizendo-se disposto a trabalhar “junto” ao CAU. Porém, nas palavras do
605 Conselheiro, “me estranha um Presidente de entidade de engenheiros estar, nesse
606 momento, fazendo estes movimentos estranhos”. O Conselheiro Titular BRUNO SOARES
607 MARTINS indaga ao Conselheiro Titular CLAUDIO FORTE MAIOLINO se a posição do mesmo
608 mudou em relação “ao entendimento sobre engenheiros poderem assinar Projetos
609 Arquitetônicos”, ao que o Conselheiro Titular CLAUDIO FORTE MAIOLINO responde que não,
610 que citou outros profissionais alocados em cadeiras profissionalizantes, “mas que estão
611 fazendo uma parte absolutamente técnica com mais três ou quatro professores Arquitetos,
612 que são os titulares da cadeira”. Cita que nunca manifestou-se a favor de Engenheiros
613 desenvolverem Arquitetura e Urbanismo e que posicionou-se contrário a este apoio do
614 Engenheiro Joel à Conselheira Marli, apesar de afirmar sua consideração pelo Presidente do
615 CREA, Joel Krüger, pelo Engenheiro Agrônomo Álvaro Cabrini e demais Presidentes
616 anteriores, aos quais respeita, apesar de não compactuar da mesma opinião deles: “não
617 mudei de posição, nunca mudei, e aí são acordos pessoais, eu não posso impedir que a
618 pessoa A, B ou C tenha relação com a outra parte”. Cita, ainda, que o que está apontando ao
619 Plenário é simplesmente um problema de formação universitária, dentro da Academia, e
620 obviamente não está colocando que professores Engenheiros devam se ocupar em conduzir
621 disciplinas profissionalizantes, o que é diferente, no seu entender, numa interface
622 laboratorial. O Conselheiro Suplente CARLOS DOMINGOS NIGRO coloca que, ao estar ciente
623 do posicionamento da Conselheira MARLI ANTUNES DA SILVA AOKI, em “chamar” o
624 Engenheiro Joel Krüger para apoiá-la, segundo o Conselheiro, fato que lhe foi relatado pelo
625 Conselheiro Titular CLAUDIO FORTE MAIOLINO, ele almeja saber “se é uma opinião pessoal
626 ou uma opinião deste Conselho, que isto é uma falta ética da Conselheira, quer dizer: até
627 que ponto este Conselho pensa enquanto Arquitetura, o respeito e a defesa dos interesses
628 dos Arquitetos do Estado?”. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR manifesta-se,
629 indagando ao Plenário se o mesmo aprova o encaminhamento, à Comissão Nacional, da
630 proposição do Conselheiro Titular CLAUDIO FORTE MAIOLINO sobre as atribuições das



631 profissões paralelas, pois, enquanto Comissão Estadual, talvez não haja informações e
632 autonomia suficiente para avançar na questão. Sobre o suposto pedido de apoio à
633 Conselheira MARLI ANTUNES DA SILVA AOKI, o Presidente coloca que a informação chegou a
634 ele por pessoas que receberam telefonemas do Presidente do CREA. E mostra-se
635 “extremamente preocupado com os desdobramentos disso”, declarando que entende que o
636 Plenário e ele, como Presidente, não pode deixar de manifestar-se: “Acho que seria uma
637 covardia nossa, sabendo desta possibilidade de se colocar as entidades mistas e o CREA,
638 contra o CAU Paraná. Se nos omitirmos agora, vamos estar sofrendo um sério risco de
639 reincidência nas próximas eleições. Acho que temos que ter uma manifestação forte sim, já
640 que há um depoimento pessoal a você, Suplicy, e a mim, em relação à manifestação de
641 apoio explícito do Presidente e candidato a reeleição Joel Krüger. Sobre a proposição do
642 Conselheiro Nigro, eu me abstenho de me manifestar”. O Conselheiro Titular ANDRÉ LUIZ
643 SELL posiciona-se favorável a esta manifestação do Plenário, por entender o assunto como
644 “bastante grave”. Também o Conselheiro Suplente ANÍBAL VERRI JUNIOR relata que em
645 Maringá um colega foi convidado a participar da outra chapa eleitoral e que, do seu ponto
646 de vista, há uma organização na cidade que é fruto da consequência da saída dos Arquitetos
647 do sistema Confea/CREA, com a implantação do CAU. E o que ele percebe é que estas
648 entidades, quando se fala da relação CREA com os Arquitetos, está muito difícil: “O que a
649 gente vê, às vezes, é uma liderança da Arquitetura, envolvida em uma entidade mista, e isto
650 dá a impressão que os Arquitetos fazem parte da entidade, o que nem sempre é verdade”.
651 Então, esclarece o Conselheiro, discutiu-se entre um grupo de Arquitetos da cidade a
652 formação de uma outra entidade, quando decidiu-se criar um núcleo do IAB em Maringá, em
653 Julho deste ano. Assim, relata que foram efetivados alguns eventos em que participavam
654 mais de 150 (cento e cinquenta) profissionais. E que, na semana passada a Associação de
655 Engenheiros e Arquitetos do Município realizou outro destes encontros, em que
656 participaram, dentre 50 (cinquenta) pessoas, 02 (dois) Arquitetos. O que demonstra, para o
657 Conselheiro, “que o CREA ainda acha que as entidades estão vinculadas a ele, em que um
658 Arquiteto ou dois se fazem representar”. Porém, o Conselheiro afirma não ser contrário às
659 entidades mistas, mas percebe que elas não se fazem representar: “Acho que esta
660 ingerência do CREA em querer participar do processo e acionar o fulano e o cicrano é um
661 problema sério, que causa um desconforto”. Acresce que reuniu-se com o Presidente da
662 Associação de profissionais de Maringá e que este assegurou ser a mesma, apartidária.
663 Coloca que hoje os Arquitetos e Urbanistas da Região têm sido consultados para tudo,
664 qualquer ação na cidade, o que deixa “os Engenheiros doidos, porque estamos ocupando o
665 espaço que nos cabe, discutindo questões urbanas, questões do patrimônio, da arquitetura,
666 da arborização”. Portanto, para ele, esta questão dos Engenheiros, via CREA, solicitem que
667 as Associações “apoiem” àqueles por eles indicados, é um desrespeito: “Então, fica o meu
668 protesto aqui, e deixar claro que nem sempre essas Associações, por mais que tenham
669 alguns Arquitetos envolvidos, têm a representatividade que eles dizem ter”. Com a palavra,
670 o Conselheiro Titular BRUNO SOARES MARTINS assenta que, em conversa com alguns
671 profissionais de Pato Branco, o colocaram a par do “apoio” recebido à Conselheira MARLI
672 ANTUNES DA SILVA AOKI. Eles exigiram que o assunto fosse tratado em Plenário e, ele
673 próprio, fundamentado no pensamento da criação do Conselho, sem a participação do
674 “Conselho passado”, também exige que seja tomada alguma providência a respeito. O
675 Conselheiro Titular JOÃO VIRMOND SUP LICY NETO lembra de algumas ocasiões em que foi



676 colocada a criação do Conselho de Arquitetos, aos Presidentes do CREA, nos seus respectivos
677 mandatos e que, apesar do posicionamento contrário vindo, por exemplo, do Engenheiro
678 Agrônomo Álvaro Cabrini, “o CREA sempre nos apoiou, como entidade que éramos, de fazer
679 as movimentações dentro do Conselho, até nas questões relativas à criação de um Conselho
680 próprio”. E relata que ele mesmo lembrou ao atual Presidente CREA, Engenheiro Civil Joel
681 Krüger, na percepção deste manifesto de apoio à Conselheira do CAU/PR (em uma reunião
682 do Sinduscon - onde ele posicionou-se, argumentando a duas Arquitetas presentes, que não
683 iria furtar-se de opinar em Reuniões de Associações mistas no interior do Estado) que ele
684 não misturasse questões pessoais com as autárquicas. Outrossim, o Conselheiro cita que
685 lembrou ainda, ao Presidente do CREA, que os Conselhos são Autarquias Federais e que a
686 sua existência objetiva a proteção da sociedade, sendo este movimento contrário a este ato.
687 Assim exposto, o Conselheiro Titular JOÃO VIRMOND SUPPLY NETO pondera que o Conselho
688 deve fazer uma manifestação de repúdio ao Presidente do CREA, mas também, de alguma
689 forma, à Conselheira MARLI ANTUNES DA SILVA AOKI que, ao que parece, volta-se ao
690 movimento: *“então, vamos abolir a formação do CAU, este CAU não nos serve mais, vamos
691 inventar outro CAU que venha com os Engenheiros”*. E finaliza, colocando que a Conselheira
692 deve ser alertada, citando que *“assim como ela, podem surgir outros. Daqui a pouco não
693 estaremos mais nós aqui, estarão outros então, com esta posição de fazer este movimento
694 de reversão. Eu acho que isso é perigosíssimo”*. A seguir, o Conselheiro Titular ALEXANDER
695 FABRI HULSMAYER coloca que, no seu pensar, o Plenário deve saber discernir para não
696 cometer o mesmo engano, assim, ele propõe que qualquer moção, ou ato de repúdio, deve
697 ser direcionado à Conselheira e não ao CREA, e o que lhe causa “espanto” é o aceite da
698 Conselheira Titular Marli que, segundo ele, deveria ter declinado o “apoio”. E o Conselheiro
699 se diz numa posição isenta, justificando: *“Até porque eu não tenho interesse, não sou
700 candidato, não retornarei em chapa alguma, com eleição nenhuma”*. Assim sendo,
701 acrescenta ele, *“não é nem uma questão da Marli ter tido a intenção, ou não, de ser
702 candidata, é uma coisa como Conselheira, ainda, aceitar o apoio institucional”*. Com a
703 palavra, primeiramente o Conselheiro Titular MANOEL DE OLIVEIRA FILHO agradece a
704 presença de duas profissionais, a Arquiteta e Urbanista Cecy de Oliveira, Secretária de
705 Relações de Trabalho do SindArq/PR, e a Arquiteta e Urbanista Ana Carmem de Oliveira,
706 Secretária de Administração e Finanças da mesma instituição. A seguir, posiciona-se a favor
707 de se ter outra chapa, já que vê isto como salutar à democracia, porém, não concorda com
708 *“mentiras colocadas, sem fundamentos”*, citando o Arquiteto e Urbanista Marcos Kenji
709 Fujisawa que, segundo o Conselheiro, fez acusações ao Presidente do CAU/PR. E vê com
710 muita preocupação esta aproximação do Engenheiro Civil Joel Krüger, com a Conselheira
711 MARLI ANTUNES DA SILVA AOKI, destacando a fala do Presidente do CREA ao Conselheiro
712 JOÃO VIRMOND SUPPLY NETO, quando justifica *“a Marli me ajudou, por isso eu vou ajudá-
713 la”*. Tal fato, para o Conselheiro Titular MANOEL DE OLIVEIRA FILHO, pode criar um
714 *“tentáculo dentro do nosso Conselho”*, na condição de que *“eu te ajudei, agora eu quero
715 reciprocidade de vocês”*. Também aponta que vê como *“tenebrosa”* a permanência deste
716 convívio, desta maneira, *“porque nós somos autossuficientes para realmente não precisar de
717 apoio externo”*. E ainda, *“se a pessoa é competente, ela passa a ter um plano, uma proposta
718 de governo, uma proposta para os profissionais, que não necessita buscar este apoio
719 externo, muito menos através do CREA”*. O Conselheiro Titular BRUNO SOARES MARTINS
720 acresce que *“aparentemente”* o CREA ofereceu ajuda, mas a verdade, segundo foi relatado a



721 ele, é de que a Conselheira Marli buscou ajuda do CREA/PR. Ao que o Conselheiro Titular
722 CLAUDIO FORTE MAIOLINO concorda com a fala do Conselheiro Titular ALEXANDER FABRI
723 HULSMeyer no que trata de não se manifestar em relação ao Presidente do CREA,
724 justificando que o “CREA é um problema do CREA” e citando que ele já expressou sua
725 opinião a este respeito para a Conselheira Marli. Pela ausência da Conselheira Titular MARLI
726 ANTUNES DA SILVA AOKI, o Conselheiro Titular ALEXANDER FABRI HULSMeyer, recomenda
727 que o Plenário solicite explicações à mesma para que ela possa posicionar-se quanto às
728 informações de “apoio”, advindas do Presidente do CREA, o Engenheiro Joel Krüger e retira
729 seu voto a favor, caso seja tomada alguma atitude à revelia, sem antes a Conselheira
730 apresentar suas argumentações. Acresce, ainda, o Conselheiro Titular ALEXANDER FABRI
731 HULSMeyer, que este pedido pode ser apresentado à Conselheira por escrito, para que ela
732 disponha de tempo para reflexão. Finalizando o tema, o Presidente JEFERSON DANTAS
733 NAVOLAR propõe que se redija 02 (dois) parágrafos pontuando a questão à Conselheira
734 Titular MARLI ANTUNES DA SILVA AOKI, oferecendo a ela a oportunidade de se pronunciar,
735 porém, no documento devem constar as assinaturas dos Conselheiros que receberam esta
736 informação. Finalizando, o Presidente também se propõe a conversar com o Presidente do
737 CREA, Engenheiro Joel Krüger. Quanto ao processo do Município de Mangueirinha, o
738 Conselheiro Titular CLAUDIO FORTE MAIOLINO relata que o documento entregue pelo perito
739 não foi entregue à Comissão, para apreciação. O Arquiteto e Urbanista Walter Gustavo
740 Linzmayer relata que foram encaminhados quatro ofícios referentes ao processo: ao cliente,
741 à Prefeitura, à profissional e à delegacia, com solicitações específicas. Para tal, explica, foi
742 elaborado um Ofício padrão, considerando várias Resoluções do CAU, nºs 17, 21, 22 e 52,
743 sobre o Código de Ética. Na semana passada, cita o Arquiteto e Urbanista, entrou em
744 contato com o CAU/PR o pai da criança, proprietário da casa, quando foi agendada uma
745 diligência ao Município de Mangueirinha. A Arquiteta e Urbanista Ana Lúcia Etcheverry,
746 junto ao Gerente Administrativo do CAU/PR, Advogado Edson Alberto Ramos, e o perito
747 contratado, Arquiteto e Urbanista Fernando Guajará Greenberg, estiveram no local para
748 acompanhar o processo. Houve uma constatação *in loco* e uma ida à delegacia, para o
749 recebimento de cópia dos laudos de dois Engenheiros contratados pelos proprietários da
750 obra. O processo policial, segundo o Delegado, deve demorar mais uns vinte dias para sua
751 conclusão e será encaminhado ao Conselho, para também subsidiar as ações do CAU/PR
752 sobre o assunto. Na investigação *in loco*, a Arquiteta e Urbanista do CAU/PR constatou que a
753 estrutura já havia sido modificada do seu estado original, da época do acidente, e que foram
754 coletadas quarenta e seis fotos para averiguação. O Arquiteto e Urbanista Walter Gustavo
755 Linzmayer cita que a Arquiteta e Urbanista responsável pela obra telefonou hoje pela
756 manhã, afirmando que responderá aos esclarecimentos solicitados, prontificando-se a
757 apresentar o maior número de detalhes possíveis. O CAU/PR, por sua vez, deve enviar uma
758 segunda solicitação de documentos para apresentação na próxima Plenária. Isto posto, o
759 Arquiteto entrega o processo para ser apreciado pelos Coordenadores, caso assim o
760 desejem, colocando-se a disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam
761 necessários. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR agradece o relato, solicitando que a
762 conclusão do relatório de Fiscalização não exceda o prazo de uma semana, mesmo sem a
763 totalidade dos documentos solicitados. Com a palavra, o Conselheiro Titular BRUNO SOARES
764 MARTINS acrescenta que a Arquiteta e Urbanista responsável pela obra também esteve no
765 escritório Regional de Pato Branco e que, em conversa informal, citou que deve trazer



766 argumentos para anexar ao processo. Encerrada o relato, o Presidente JEFERSON DANTAS
767 NAVOLAR passa à Comissão subsequente.
768 **4.8 Relato da Comissão de Ensino e Formação.**.....
769 Inicialmente, o Conselheiro Suplente CARLOS DOMINGOS NIGRO pontua que o Conselheiro
770 Titular CARLOS HARDT encontra-se em viagem, pela PUC-PR. Relata que há uma deliberação
771 de formatação da programação do 2º (Segundo) Fórum de Coordenadores de Cursos de
772 Arquitetura do Estado, organizada conforme a última Plenária, para o dia 20 (vinte) de
773 Outubro de 2014, na segunda feira, em Foz do Iguaçu, concomitantemente à Reunião das
774 Comissões. A pauta, segundo o Conselheiro, deve iniciar-se a partir das 8 (oito) horas da
775 manhã, com uma abertura presidida pelo Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR, pelo
776 Conselheiro Titular CARLOS HARDT, pela Professora Isabel Maria, que é Coordenadora do
777 Fórum de Coordenadores de Curso do Estado do Paraná e pelo Professor Fernando Diniz, da
778 Universidade Federal de Pernambuco, atual Coordenador da Comissão de Ensino e
779 Formação do CAU/BR. Após esta abertura, está programado um debate entre os
780 participantes - formato *talk show* - com temas inovadores aos Cursos de Arquitetura e
781 Urbanismo. Outros docentes convidados são: Professora Ângela Maria Gordillho Souza, da
782 Universidade Federal da Bahia; Professor Pedro Fiori Arantes, da UNIFESP - Universidade
783 Federal de São Paulo, que desenvolve um projeto inovador, intitulado Instituto de Cidades; e
784 o Professor Wilson Caracol, da PUC de Campinas, consultor da Comissão de Ensino Nacional.
785 Como há, disponibilizado pela PUC, um Laboratório de Inovação, recentemente outorgado
786 Centro de Inovação do Programa de Cidades, do Pacto Global da ONU, o Conselheiro coloca-
787 se a disposição para mediar o debate sobre o tema. Explica que este é o momento para que
788 se coloque experiências que trazem a inovação como projeto de integração, como também a
789 sintonia com a demanda social, bem como a inovação nos processos metodológicos na
790 relação ensino e aprendizagem. O programa também prevê oportunizar a todos os
791 Coordenadores dos Cursos o debate para a reflexão e propostas de encaminhamentos a
792 respeito. Cita que o curador deve participar, ao final da semana, da Reunião Nacional da
793 Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura, em Camboriú-SC. Os convidados deverão
794 ainda, à noite, permanecer em Foz do Iguaçu para participar do evento com os Arquitetos
795 locais, promovido pela Associação de profissionais, levando, segundo o Conselheiro, a
796 experiência destes convidados à coletividade. O Conselheiro Suplente ANÍBAL VERRI JUNIOR
797 recomenda que seja abordado o tema da residência técnica para recém-formados - na
798 modalidade da Engenharia e Arquitetura - implementado pelo Governo de Estado. Ao que o
799 Conselheiro Suplente CARLOS DOMINGOS NIGRO concorda com a relevância do tema e cita
800 estar em pauta. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR lembra que a pessoa indicada
801 para esta palestra já esteve em visita ao CAU/PR, por indicação do Conselheiro Federal
802 LAÉRCIO LEONARDO DE ARAÚJO, mas que, infelizmente, na época, o quórum foi restrito.
803 Antes da efetivação do Fórum, contudo, o Presidente solicita que seja desenvolvido um
804 questionário geral a ser preenchido pelos Coordenadores de Curso, mesmo que provisório,
805 para que o CAU/PR tenha as informações principais e atualizadas, referentes aos Cursos de
806 Arquitetura e Urbanismo do Paraná. Com a palavra aberta, o Conselheiro Federal LAÉRCIO
807 LEONARDO DE ARAÚJO pronuncia-se sobre a Residência Técnica, destacando que a
808 experiência do Paraná é única no País, completando sua terceira edição. E, na sua
809 percepção, a Residência Técnica é possível tanto para a área da Arquitetura e Urbanismo
810 como para a Engenharia, mas principalmente para os *campi* da Arquitetura e Urbanismo,



811 visto contar, o Paraná, com 300 (trezentos) profissionais, técnicos do Estado. Destes, cita o
812 Conselheiro, 100 (cem) são funcionários públicos estaduais e, dos 200 (duzentos) que
813 realizaram concurso para participar do curso em Obras Públicas e Fiscalização de Projeto,
814 65% (sessenta e cinco por cento) são Arquitetos e Urbanistas. A experiência da Professora
815 Ângela Maria Gordilho de Souza só vem acrescentar, ao sucesso desta iniciativa estadual. O
816 Conselheiro Suplente CARLOS DOMINGOS NIGRO agradece ao Conselheiro Federal e cita
817 que, como a pauta do Fórum depende da agenda de terceiros, há uma metodologia
818 alternativa em centralizar a palestra em um ou dois profissionais de área. O Presidente
819 JEFERSON DANTAS NAVOLAR coloca em votação a formatação atual do Fórum, que é
820 acordada por todos, encerrando o relato da presente Comissão.....

821 **5 Relato do Conselheiro Federal.....**

822 O Conselheiro Federal LAÉRCIO LEONARDO DE ARAÚJO relata sobre a Reunião Plenária
823 ocorrida nos dias 11 (onze) e 12 (doze) de Setembro. Alguns pontos principais de debate,
824 segundo ele, estenderam-se sobre a Nova Resolução da RRT. Dentro da “Comunicação das
825 Comissões”, o Conselheiro destaca o relato do CEAU - Colegiado das Entidades de
826 Arquitetura e Urbanismo - com a criação do CEAU nos Estados, visto que alguns instituíram-
827 se em desconformidade com o CEAU Nacional. Neste aspecto, ele sugere que o CAU/PR abra
828 um debate no momento da criação do seu CEAU, para evitar maiores adversidades. Dentro
829 da “Comissão de Política Profissional”, o Conselheiro ressalta a ideia da premiação dos
830 trabalhos de graduação de Arquitetura e Urbanismo, a questão da Residência Técnica - a
831 qual deverá contar com a participação do Estado do Paraná - e da Assistência Técnica. Na
832 “Comissão de Organização e Administração”, discutiu-se a elaboração de Norma Nacional
833 para disciplinar o funcionamento dos “escritórios descentralizados”, instalados em alguns
834 Estados. A ideia, segundo o Conselheiro, é encaminhar um formulário para a sua
835 regulamentação. Com relação à “Comissão de Planejamento e Finanças”, deverá ocorrer, em
836 22 (vinte e dois) e 23 (vinte e três) de Setembro um Seminário entre os Contadores do CAU,
837 para “alinhamento” dos procedimentos contábeis. Dia 24 (vinte e quatro) de Setembro será
838 especificamente para os Diretores Financeiros dos CAU/UF. Para os dias 25 (vinte e cinco) e
839 26 (vinte e seis) de Setembro, o Conselheiro comunica sobre o Seminário Nacional de
840 Planejamento, onde será discutido o Orçamento de 2015 e analisada a 2ª (segunda)
841 Reprogramação Orçamentária de 2014. Com relação à “Ordem do Dia”, discutiu-se a
842 validação dos diplomas de profissionais brasileiros e estrangeiros, formados em escolas
843 estrangeiras, aprovada por maioria de votos. O Projeto de Resolução que altera a Resolução
844 CAU/BR nº 26 e revoga a Resolução CAU/BR nº 63, com origem na “Comissão de Ensino e
845 Formação”, estabelece que a Universidade tem como atribuição revalidar os diplomas de
846 profissionais formados no estrangeiro; em que destacou-se a importância do trabalho junto
847 às Universidades, para estabelecimento de um formulário padrão, em que todas as Escolas
848 no Brasil tenham o mesmo entendimento do que significa a recomendação. Colocado pela
849 “Comissão de Ética e Disciplina”, o Conselheiro comunica sobre a discussão do Projeto de
850 Resolução que altera a Resolução nº 34, de 06 (seis) de Setembro de 2012. Explica que o
851 mesmo dispõe sobre a instrução e julgamento de processos relacionados às faltas ético-
852 disciplinares, cometidas a partir da vigência da Lei nº 12.378, de 2010, e foi aprovado com
853 algumas alterações. Também informa o Conselheiro que, retirada de Pauta, por falta de
854 informações suficientes para o juízo do Plenário, foi a Resolução do CAU/BR que trata sobre
855 RRT, adiada para a próxima Plenária, que acontece no início de Outubro. Com este



856 adiamento, pelas normas regimentais, o Conselheiro cita que o assunto continua “em
857 aberto”. Assim sendo, ele informa ao Plenário que encaminhou a sua primeira versão que,
858 segundo ele, já avançou em discussão; e avisa os Conselheiros, especialmente a Comissão de
859 Exercício Profissional, que se houver algum tipo de contribuição é só enviar, que ele
860 encaminha ao Coordenador da CEP Nacional. Quanto a matéria da Reformulação
861 Orçamentária, o Conselheiro informa que deliberou-se, pela “Comissão de Planejamento e
862 Finanças” que, aqueles Estados que apresentaram a sua Reprogramação Orçamentária até a
863 data da Reunião, e estão em conformidade, já podem acessar o recurso “a mais” da sua
864 destinação, a partir da primeira programação. E, em conversa com o Presidente do CAU/PR,
865 o Conselheiro Federal anuncia que o Conselho Estadual já encaminhou a sua
866 Reprogramação, que está em análise pela Comissão, devendo constar em Pauta na próxima
867 Plenária. Cita ainda que foram lidos o Projeto de Resolução que altera a Resolução nº71, do
868 Centro de Serviços Compartilhados, e houve uma apresentação sobre a situação atual da
869 Rede Integrada de Atendimento, a RIA. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR agradece
870 o relato do Conselheiro Federal, informando que o Assessor de Finanças do CAU/PR deverá
871 participar do Seminário dos Gestores Financeiros, em Brasília. Em relação ao Centro de
872 Serviços Compartilhados, o Presidente lembra que o CAU/PR participa deste grupo de
873 gestão, manifestando que “é um grupo que tem sob a responsabilidade avaliar a evolução
874 do sistema, de todo atendimento do SICCAU, custa dinheiro, o CAU/PR contribuiu, e este
875 ano foi eleita a prioridade de tralharmos quase que exclusivamente em relação a ele. Os
876 contratos, ainda são do início da construção do CAU, todos aqui estão cientes das
877 dificuldades, dos imprevistos e das urgências que tinham e que o CAU Paraná tomou as
878 iniciativas no momento certo, mas todos consideram que este fim de gestão é a ocasião
879 correta de efetivarmos uma avaliação crítica e, se possível, contratar novos fornecedores,
880 definitivos, com contratos mais justos entre as partes. E assim está sendo encaminhado. A
881 perspectiva é que, até o fim do ano, possamos ter uma nova licitação, de uma empresa que
882 venha fazer uma gestão mais profissional de todo o Sistema. Então, eu acredito que é uma
883 missão extremamente importante, o CAU Paraná não se omitiu e contribui nesse sentido”.
884 Com a palavra aberta, o Conselheiro Suplente ANÍBAL VERRI JUNIOR indaga ao Conselheiro
885 Federal se ele tem informações mais precisas sobre a validação dos diplomas estrangeiros, já
886 que ele ouviu uma palestra em que o profissional dizia que o Governo Federal estava
887 assinando um Decreto onde todos os profissionais do Mercosul, das áreas de Engenharia,
888 tinham a liberdade de atuar no Brasil. Cita que a própria UEM - Universidade Estadual de
889 Maringá - tem algumas solicitações de validação do diploma no trâmite convencional, em
890 que se encontram portugueses, espanhóis e outras nacionalidades, e pelo seu
891 entendimento, é normal que as Universidades Federais efetivem este procedimento. O
892 Conselheiro Federal LAÉRCIO LEONARDO DE ARAÚJO explica que a discussão no Plenário é
893 de que a revalidação de diplomas é realmente uma questão das Universidades, e que, na sua
894 maioria, estas são públicas. O foco do debate é o papel do CAU/BR e dos CAU/UF neste
895 processo, pois são eles os responsáveis por estes registros, a partir das Instituições de
896 Ensino. O que pode, na opinião do Conselheiro, confundir as atribuições entre os órgãos
897 responsáveis e cita: “Nós não vamos fazer revisão de acreditação, nós só vamos fazer o
898 nosso papel de CAU/BR ou de CAU/UF, respectivamente”. Em relação ao Mercosul, o
899 Conselheiro Federal coloca que talvez a Comissão de Ensino e Formação possa informar
900 melhor o Plenário, mas, o que se sabe até o momento, é que o Brasil tem um prazo de até



901 2015 de livre trânsito de profissionais dentro do Mercosul. Passando a palavra ao
902 Conselheiro Titular JOÃO VIRMOND SUPPLY NETO, o mesmo se pronuncia ao Plenário,
903 esclarecendo que a Comissão do CIAN - Congressos Internacionais da Arquitetura Moderna -
904 responsável pela discussão e encaminhamentos destas questões, esteve durante algum
905 tempo inativa, justamente pela formação do CAU, quando o Presidente Marco Tulio
906 informou o fato ao CIAN, dizendo que os Arquitetos e Urbanistas não mais participariam.
907 Explica que ainda houveram algumas manifestações e deliberações pelo fato do Confea estar
908 “colocando deliberações como representante de País, porque o Mercosul é governamental.
909 E a decorrência deste fato deverá ser postergada para 2015”. Por fim, o Presidente
910 JEFERSON DANTAS NAVOLAR agradece o relato e abre a palavra, sem manifestações,
911 lembrando a todos que a próxima Plenária deverá realizar-se em Foz do Iguaçu, dia 20
912 (vinte) de Outubro de 2014.....

913 **Nada mais havendo a tratar, o Presidente do CAU/PR, Arquiteto e Urbanista JEFERSON**
914 **DANTAS NAVOLAR, agradece aos Conselheiros presentes. Às dezessete horas e cinquenta e**
915 **oito minutos, do dia 22 de Setembro de dois mil e quatorze, o Presidente do CAU/PR,**
916 **Arquiteto e Urbanista JEFERSON DANTAS NAVOLAR, declara encerrada esta Reunião de Nº**
917 **35 (nona de 2014) do CAU/PR.** Para constar, eu, MÔNICA DE LACERDA GOMARA, Assistente
918 de Plenária do CAU/PR, lavro a presente Ata que, depois de lida e aprovada por todo(a)s o(a)s
919 Senhor(a)s Conselheiro(a)s do CAU/PR, será rubricada por mim em todas as suas páginas e,
920 ao final, assinada por mim e pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.....

921

922

923

924

JEFERSON DANTAS NAVOLAR

MÔNICA DE LACERDA GOMARA

925

Presidente do CAU/PR

Assistente de Plenária CAU/PR

926

- 927 Anexo I - Balanço Gestão 2012/2014;
928 Anexo II - Texto final das Câmaras Técnicas;
929 Anexo III - Quadro Resumo Conciliação do mês de Julho de 2014;
930 Anexo IV - Quadro Resumo Conciliação do mês de Agosto de 2014.